

João B. Serra

A Cidade Imaginária

Edição mimeografada de 100 exemplares
(*distribuída aos alunos da cadeira de Estudos Urbanos*)
Caldas da Rainha, Junho de 2003

Uma versão deste texto foi publicada em *J-A, Jornal Architectos*, nº 213, Novembro/Dezembro 2003
“A la Recherche du Temps Perdu”

1. Imagens em confronto

Rua Nova, década de 1910



Rua R. Bordalo Pinheiro, 2003



Hotel Rosa, década de 1920



Hotel Rosa, 2003



Chafariz e aqueduto, déc 1940



Chafariz, 2003



Largo José Barbosa, déc 1930



Largo José Barbosa, 2003



Livraria Silva Santos, déc 1950



Etxart & Pano, 2003



Praça Maria Pia, finais sec. XIX



Praça da República, 2003



Praça da República, déc 1930



Praça da República, 2003



Pavilhões e Salão Ibéria, déc 1920



Pavilhões, 2003



Hotel Lisbonense, déc 1900



Hotel Lisbonense, 2003



Rua Machado Santos, déc 1910



Rua Heróis Grande Guerra, 2003



Igreja N. S. da Conceição, déc 1950



Igreja N. S. da Conceição, 2003



Avenida da Independência, déc 1920



Avenida da Independência, 2003



Rua Miguel Bombarda, década 1920



Rua Miguel Bombarda, 2003



Rua Serpa Pinto, década de 1900



Rua Miguel Bombarda, 2003



Praça do Peixe, década de 1920



Praça 5 de Outubro, 2003



Cine-Teatro Pinheiro Chagas, déc 1940



Praça 5 de Outubro, 2003



Praça 5 de Outubro, década de 1920



Praça 5 de Outubro, 2003



2. Comentário

Este percurso pela cidade, confrontando imagens no tempo e no espaço, pretende servir de base a algumas reflexões sobre o tema do património.

Devo notar que estamos perante um roteiro muito elementar e descontínuo, baseado exclusivamente numa parte da colecção de postais organizada por Vasco Trancoso (*Caldas da Rainha: um contributo iconográfico através do Bilhete Postal Ilustrado editado até meados do século XX*, Lisboa, Elo, 1999). Nicolau Borges ajudou-me com as fotografias da actualidade, tiradas em Março deste ano de 2003.

Genericamente, este confronto não parece animador. Creio mesmo que nos incomoda perceber que a área histórica da cidade perdeu, num século, algumas das qualificações que a tinham justamente celebrado e não terá adquirido outras.

Vejamos então o que podemos concluir, se é que o podemos, desta breve apresentação:

- 1- Não resolvemos satisfatoriamente a urbanização da área histórica, como se pode perceber pelo estado da primeira Rua da cidade, com um pavimento inadequado e um tratamento das fachadas sem critério;
- 2- Não encontramos soluções para as grandes unidades hoteleiras de finais do século XIX e princípios do século XX (Lisbonense, Rosa, poderíamos acrescentar Copa);

- 3- Também não conseguimos conservar nenhuma das salas de espectáculo herdadas do século XIX (Ibéria, Pinheiro Chagas);
- 4- Não lidámos de forma exigente com monumentos de grande valor simbólico (como o Chafariz das 5 Bicas que encerramos dentro de uma mini-rotunda);
- 5- Empobrecemos as referências identitárias da arte pública, como sucedeu com a transferência do busto de Malhoa do Largo José Barbosa;
- 6- Não conservámos os traços de proximidade do pequeno comércio local (como no caso da livraria Silva Santos);
- 7- Não preservámos com especial cuidado e sobretudo e não valorizámos o interessante património urbanístico constituído por duas praças relativamente harmoniosas (Praça da República, Praça 5 de Outubro);
- 8- Não fomos capazes de operar uma modernização das novas centralidades trazidas com o caminho de ferro (caso da Avenida da Independência) de forma coerente e com padrões de estética urbana elevados;
- 9- Transigimos demasiadas vezes com a falta de qualidade e inconsistências das renovações urbanas (caso das edificações na Rua Miguel Bombarda, nas Praças, e mesmo a nova Igreja);
- 10- Não contivemos, nem disciplinámos o automóvel, deixámo-lo invadir selvaticamente áreas nobres da cidade.

Neste percurso, não conseguimos descortinar nada que tivesse corrido particularmente bem, com que nos possamos congratular solidamente.

É certo que estamos perante uma selecção limitada de casos e que uma análise mais pormenorizada da mesma área urbana talvez revelasse outros casos mais bem sucedidos. De qualquer modo, não deixa de ser significativo que todas estas situações sejam obtidas por comparação entre a situação de hoje e aquela que foi fixada em bilhete postal. Ora sucede que os bilhetes postais se destinavam a divulgar o que de mais interessante, de mais inovador, de mais marcante tinha uma localidade. Como explicar que os caldenses se tenham tornado, num espaço de tempo tão curto – duas, três gerações – tão indiferentes à destruição e desqualificação dos emblemas da sua cidade nos planos turístico e comercial?

Houve cidades em que a pressão urbanística foi tão forte e repentina que o controlo do processo se tornou muito difícil, mas não creio que fosse esse o caso das Caldas. Pelo contrário, as autoridades municipais mantiveram o domínio da situação e, se não se dotaram de planos, ou se não qualificaram o corpo técnico municipal, foi porque não o julgaram pertinente. O certo é que definiram outras prioridades.

Registou-se pois uma ruptura na cidade. Essa ruptura está bem documentada, creio, na pequena viagem que vos propus de início.

3. A cidade imaginária

A cidade histórica, consolidada, perdeu as suas marcas, não adquiriu novos emblemas, e degradou-se. Este é o ponto em que estamos. Timidamente, com hesitações, acumulando atrasos, parece que agora queremos inverter esta tendência.

Sim, mas para quê, com que sentido, em que direção? A questão não é técnica, não é fundamentalmente técnica, embora os técnicos, nomeadamente os historiadores e os urbanistas, devam ser convocados (tê-lo-ão sido?).

A questão só seria técnica se porventura concluíssemos que nada vale a pena preservar da cidade histórica e melhor andaríamos se, socorrendo-nos de uma espécie de Corbusier todo-poderoso, decidíssemos demolir por completo a cidade existente, substituindo-a por outra feita de torres altas erguidas no meio de um parque. Mas, como nota Peter Hall, esta forma inteiramente pura nunca foi totalmente acatada por nenhuma administração municipal do mundo, embora o tenha sido parcialmente (*Cidades do Amanhã*, S. Paulo, 1995).

Mas não, dir-me-ão, nem neste caso estamos perante uma questão puramente técnica. Pelo contrário, é de visão urbanística que tratamos, de utopia da cidade (o corbusianismo pretendia erradicar o mal da densidade).

O acento tónico venho hoje colocá-lo aqui exactamente na utopia, nessa utopia, que desde sempre guiou os construtores e reconstrutores de cidades. Venho fazê-lo em nome da história, da salvaguarda inteligente da cidade histórica.

O património permite-nos cartografar a cidade, com uma cartografia afectiva e culta. Mas ele não é o único elemento dessa cartografia, e não pode ser concebido como o elemento imutável. O património vive, mas não tem vida própria. Produz valores, é certo, mas é o contexto que os explicita e os projecta.

A memória de uma cidade está nos seus museus, mas tem de estar também nas suas ruas praças, mercados, fachadas, gente. “A cidade não conta o seu passado, contém-no como as linhas da mão, escrito nas esquinas das ruas, nas grades das janelas, nos corrimões das escadas, nas antenas dos pára-raios, nos postes das bandeiras, em cada segmento marcado por sua vez de arranhões, riscos, cortes e entalhes” (Italo Calvino, *As Cidades Invisíveis*, Lisboa, 1997).

A memória de uma cidade não pode viver do efémero comemoracionista ou do album de fotografias. A memória de uma cidade é um contínuo de gerações, em que cada uma herda e acrescenta à herança o seu próprio sonho, o seu próprio desejo de futuro. A memória e o património são um elemento do metabolismo das cidades não um entrave ao progresso.

Usando uma linguagem pedida de empréstimo ao Padre António Vieira, o passado contém profecias sobre o futuro. À medida que elas se cumprem, o que era promessa torna-se realidade, ou seja “discurso e boa razão”. O discurso e boa razão lança nova luz sobre o passado, dispensando a fé como critério de adesão. “Até agora” - pregava o jesuíta à côrte da Restauração, em 1642, dois anos após a recuperação do trono por uma linhagem portuguesa – “era necessária pia afeição para dar fé às nossas profecias, mas hoje basta o discurso e boa razão, porque os efeitos presentes das passadas são novas profecias dos futuros” (*Sermões*, I, edição Sá da Costa, p. 285).

É por isso que não há cidade histórica sem cidade imaginária. A cidade imaginária é dinâmica, porque reflecte, é reflexiva não é um puro reflexo.

Uma cidade é um cruzamento de gerações e de espíritos, espíritos de lugar. Por isso é que a sua riqueza se alimenta do imaginário.

O património é sobretudo um produtor de imaginário. Não podemos prescindir dele, é ele que ajuda a criar o nosso futuro. Deixa-nos mais livres, resolve-nos as questões da herança e do seu peso, porventura excessivo, se o não soubermos seleccionar e adaptar. Temos que saber lidar com o património para podermos mudar e mudar bem.

A cidade imaginária baseia-se no conhecimento. Desoculta o passado que parecia escondido, sepultado, e considera-o digno de compreensão e vida. Torna menos nebuloso o futuro, ao

qual procura transmitir clareza e, afinal, sopro, inspiração, por um lado, continuidade e segurança, por outro.

Siegfried Lenz, no seu célebre romance *Heritage*, refere-se à terra natal não como o lugar onde estão enterrados os nossos antepassados, mas como o lugar onde lançamos as nossas raízes. Elas podem ser produto da imaginação. “Para te ajudar a compreender isto tudo - diz Ziegmunt Rogalla, retido na cama do hospital, em consequência das queimaduras recebidas durante o fogo do Museu histórico masuriano, ao jovem que o escuta - para te ajudar a compreender tudo isto pede à Henrike que te fale da nossa pátria. A terra natal pode ser um sítio onde nunca tenhas ido, nota bem. No caso dela, criou muitas imagens a partir da imaginação e de informações que recolheu. Talvez tenha uma visão mais pura do que nós, os velhos que lá vivemos”.

Sem a cidade imaginária, fica a cidade material, a que se vê, a horrível cidade triste e decadente, pequenina e onde todos se vêem a todos. Ora nós precisamos, como escreve Paulo Ferreira e Costa nas suas crónicas do *Diário de Notícias*, da cidade onde somos espírito, onde nos podemos encastrar, desaparecer sem ser vistos, apesar de podermos (e gostarmos de o ser) reconhecidos.

A cidade imaginária é a cidade que pensa sobre si própria, que reflecte sobre a sua identidade, sabendo que o que foi não é o que será, embora faça parte do que pode vir a ser.

A cidade imaginária é a cidade que se alimenta não da contemplação mas do diálogo com os outros, os de antes e os de agora, cidade que não se limita a responder a situações, mas as antecipa.

A cidade imaginária não tem medo de interrogar os outros, de estabelecer laços com outras cidades, de criar um vaivem, de se confrontar com a diversidade. A cidade imaginária é uma cidade aberta, porque não ficou prisioneira de si mesma, não se deixou manietar pela tradição nem alienar pelo folclore.

A cidade imaginária é uma cidade de cultura. Onde a cultura não é parente pobre que só se senta à mesa em dias especiais, mas um parceiro leal, credível, de todos os dias. A cultura permite-nos ver para além de nós e da nossa pequenina circunstância. Olhamos de outro ponto, para dentro e para fora. Ganhamos dimensão, desejo, escala, superamo-nos. Garantimos generosidade, única arma contra a mesquinhez, falta de projecto e de ambição.

A cidade imaginária é a que tira partido das raízes, da memória genética, que a desenvolve, que inova, que refaz os desígnios e alicia os protagonistas para a sua partilha.

A cidade imaginária repudia a indiferença e a resignação, não se importa de correr riscos, de perturbar, de acrescentar, de ousar, de marcar presença.

A cidade imaginária é aquela em que “os vivos pedem para depois de mortos um destino diferente do que lhes calhou” (Italo Calvino, outra vez). Mas para isso tem de reconhecer a cidade em que viveram.

Quando virámos costas à cidade histórica, construímos uma outra cidade, mais individualista, mais hedonista, mais indiferenciada, mais agressiva, menos apropriável.

A cidade imaginária é democrática, é toda a cidade e não a cidade dos autarcas, dos poderes sejam eles técnicos ou políticos. É a cidade onde todos participam no problema e todos participam na solução.

É uma cidade de pessoas, não de objectos.

